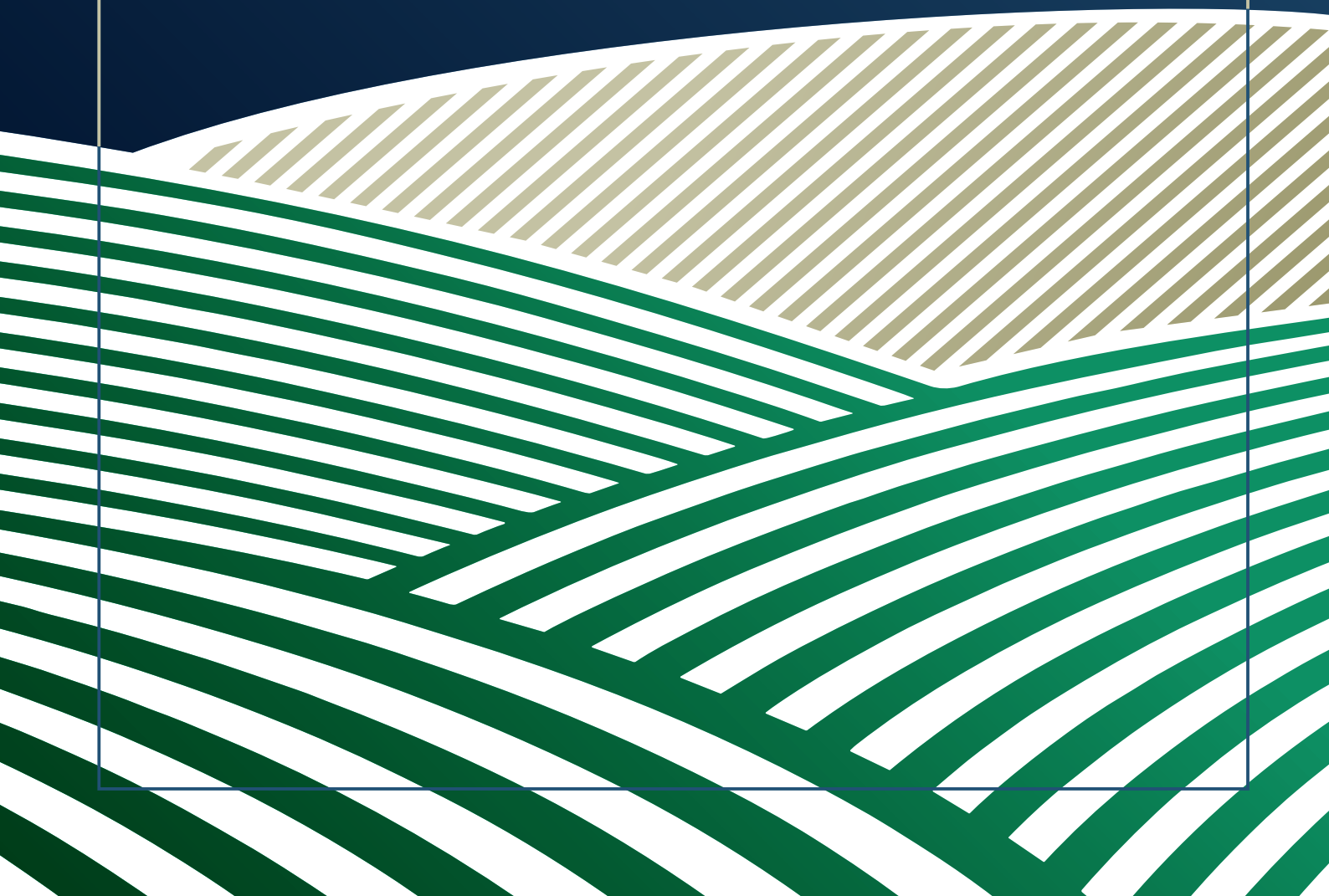
COALIZÃO BRASIL
CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA

PROPOSTAS PARA UMA

TRANSIÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL PARA O **SETOR DO USO DA TERRA**



Expediente

Realização
Coalizão Brasil Clima,
Florestas e Agricultura

Redação
Maura Campanili
Renato Grandelle

Edição e revisão
Carolle Alarcon
Renato Grandelle

Projeto gráfico e diagramação
Ed Santana

Publicação
Setembro 2025

Para ler o Sumário Executivo,
aponte a câmera de seu celular
para o QR Code abaixo

coalizaobr.com.br/cop30

Índice

Introdução ____ 4

Indicadores de Sucesso ____ 6

Propostas da Coalizão ____ 8

- **Eixo Gestão Sustentável de Florestas, Oceanos e Biodiversidade** ____ 9
- **Eixo Transformação da Agricultura e Sistemas Alimentares** ____ 17
- **Eixo Catalisadores e Aceleradores, incluindo Financiamento, Tecnologia e Capacitação** ____ 23

Chamado à Ação ____ 27

Introdução

O Brasil chega à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém do Pará, com responsabilidade e oportunidade históricas. Responsabilidade, porque mais de três quartos das emissões brasileiras estão vinculadas diretamente à terra e ao setor agropecuário — sendo 46,2% provenientes de mudanças no uso da terra e florestas e 27,5% da agropecuária (SEEG, 2023[1]). Esses números tornam evidente que nenhuma estratégia climática será bem-sucedida sem uma abordagem consistente para agricultura, florestas e outros usos do solo no Brasil.

Esse perfil — com peso expressivo de emissões ligadas ao uso da terra — não é exclusivo do Brasil. Ele se repete em diversos países tropicais do Sul Global, especialmente na América Latina, na África e no Sudeste Asiático, onde a expansão agrícola e o desmatamento continuam sendo os principais motores de emissões.

Em escala global, o quadro é distinto: o setor de agricultura, florestas e outros usos do solo (AFOLU) respondeu por 13% a 21% das emissões antrópicas entre 2010 e 2019 (IPCC, AR6[2]). Ainda que proporcionalmente menor, o IPCC destaca que é nesse setor que se concentram algumas das maiores oportunidades de mitigação de baixo custo, sobretudo pela redução do desmatamento, pela restauração de ecossistemas e pela adoção de práticas agropecuárias sustentáveis. Sem avanços consistentes nessa frente, será impossível atingir a neutralidade de emissões em escala global.

Trata-se de uma oportunidade, porque a conferência será realizada no coração da Amazônia, oferecendo ao Brasil a chance de apresentar ao mundo não apenas compromissos, mas soluções concretas de implementação que conciliam produção, conservação e inclusão social. É uma chance que ganha ainda mais relevância quando se observa as incertezas geopolíticas do cenário internacional — marcado pela retração do multilateralismo e por conflitos armados — e a intensificação de eventos climáticos extremos — como secas, enchentes, ondas de calor e incêndios florestais —, que ameaçam a produção agrícola, agravam a crise hídrica e expõem populações vulneráveis à insegurança alimentar, com efeitos diretos na economia.

Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante suprir a lacuna entre as necessidades e os recursos destinados a financiamento climático. Uma conferência sediada no Brasil, com foco declarado em ação, ganha contornos de um ponto de inflexão: o de implementação imediata da agenda climática, dez anos após a assinatura do Acordo de Paris.

O primeiro Balanço Global (GST) é a bússola dessa trajetória: orienta governos e demais atores para acelerar a ação climática em cinco pilares centrais — mitigação, adaptação, finanças, tecnologia e capacitação. A Agenda de Ação da COP 30, inspirada no GST, busca transformar essas diretrizes em soluções concretas, organizadas em seis eixos temáticos e apoiadas por compromissos tanto governamentais quanto voluntários. Ao alinhar esforços de países, empresas, sociedade civil e comunidades, a Agenda se torna o espaço para um verdadeiro mutirão global, no qual ambição e implementação caminham juntas rumo à Missão 1.5 — cuja urgência é ainda maior, já que, em 2024, esse limite de aquecimento foi ultrapassado pela primeira vez, um fenômeno que não pode se tornar tendência.

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** acompanha de perto, há uma década, a evolução da agenda climática internacional, trazendo a perspectiva brasileira para os debates globais e contribuindo com propostas concretas de mitigação, adaptação e desenvolvimento sustentável. Reunindo mais de 400 representantes do agronegócio, do setor privado e financeiro, da sociedade civil e da academia, a Coalizão tem se consolidado como um espaço de formulação e convergência de soluções, buscando demonstrar que é possível integrar competitividade agrícola, conservação ambiental, responsabilidade climática e inclusão social.

É a partir dessa trajetória que a rede se engaja de forma ativa na Agenda de Ação da COP 30, concebida pela presidência brasileira da Conferência. Nosso foco recai sobre três eixos em que temos maior capacidade de contribuir — gestão sustentável de florestas e biodiversidade; transformação da agricultura e dos sistemas alimentares; e catalisadores de implementação, como financiamento, tecnologia e capacitação. Reconhecemos, contudo, a relevância de outros temas que compõem a Agenda, como a transição energética, a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis e a promoção de uma transição justa. Nosso propósito é claro: contribuir para que a COP 30 se consolide como a conferência da implementação, mobilizando governos, setor privado, academia e sociedade civil em torno de soluções tangíveis e escaláveis em nível global.

Ao longo deste documento, apresentamos nossas propostas organizadas em torno desses eixos prioritários, sempre articulando a experiência brasileira com a construção de soluções de alcance global. Cada seção busca não apenas identificar desafios, mas sobretudo destacar caminhos concretos para sua superação, reforçando a convicção da Coalizão de que a COP 30 deve marcar o início de uma nova etapa, focando na redução do desmatamento, na recuperação de áreas degradadas e na implementação efetiva de medidas para elevar os compromissos climáticos.

[1] SEEG - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Plataforma SEEG. Disponível em: https://plataforma.seeg.eco.br/. Acesso em: 18 ago. 2025.

[2] IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change (Working Group III Contribution to the Sixth Assessment Report). 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/. Acesso em: 18 ago. 2025.

Indicadores de sucesso

Para a Coalizão, o sucesso efetivo da COP 30 dependerá de avanços concretos em temas estruturantes, muitas vezes abordados sem o aprofundamento necessário em conferências anteriores, bem como da incorporação de novas agendas trazidas pela Presidência da cúpula, ocupada pelo Brasil.

É importante destacar que a COP 30 será realizada em um país do Sul Global — região mais afetada pelos impactos das mudanças climáticas, apesar de sua menor contribuição histórica para o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Por isso, a cúpula representa uma oportunidade de colocar em evidência pautas que, embora enraizadas em realidades locais, têm repercussões globais para o enfrentamento da crise climática, como o combate ao desmatamento e à degradação florestal.

O êxito da conferência deverá ser medido não apenas por resoluções diplomáticas, mas pela capacidade de transformar compromissos em implementações tangíveis. Para isso, os indicadores de sucesso podem ser organizados em duas dimensões complementares:

1. Condições de Sucesso Globais

O êxito da COP 30 dependerá de avanços em temas estruturantes que, embora presentes em conferências anteriores, carecem de aprofundamento e implementação.

» **Mobilização de novos fluxos financeiros internacionais**, em escala compatível com a emergência climática e alinhados às necessidades dos países em desenvolvimento. É preciso assegurar a ampliação do acesso direto a fundos climáticos e criar instrumentos inovadores que permitam transformar dívidas em investimentos em adaptação e mitigação.

» **Avanço concreto na transição energética**, com a redução acelerada do uso de combustíveis fósseis, a promoção de biocombustíveis como alternativa sustentável e estratégica, o reporte transparente e a eliminação, no menor prazo possível, de subsídios e fluxos financeiros atualmente destinados à atividade fóssil.

» **Implementação efetiva do Artigo 6 do Acordo de Paris**, assegurando a participação das Soluções Baseadas na Natureza, com integridade ambiental, transparência, rastreabilidade e a geração de benefícios sociais e ambientais, de forma a evitar dupla contagem e greenwashing.

» **Cooperação em ciência, tecnologia e capacitação**, priorizando o desenvolvimento e transferência de tecnologias para restauração ecológica, biotecnologia aplicada à agropecuária de baixo carbono, digitalização de sistemas de monitoramento e capacitação de comunidades locais e governos subnacionais para a implementação dessas soluções. Esta medida deve incluir a criação de grupos de trabalho que abordem a interdependência entre clima, florestas e segurança alimentar, especialmente no contexto da agricultura tropical.

» **Aprovação do Marco Global de Adaptação (GGA)**, estabelecendo indicadores mensuráveis de investimentos e avanços nessa agenda para setores críticos, como agricultura, cidades, infraestrutura, saúde e recursos hídricos. Além disso, é preciso garantir financiamento previsível, com pelo menos 50% dos fundos climáticos globais destinados à adaptação.

2. Resultados Concretos em Uso da Terra

Para o Brasil — e diversos países tropicais —, o sucesso da COP 30 será medido pela capacidade de avançar em compromissos tangíveis relacionados a florestas, agricultura e uso do solo. Entre eles, estão:

» **Criação de mecanismos internacionais** que remunerem de forma efetiva a conservação e a restauração de florestas e outros ecossistemas tropicais, garantindo que sejam acessíveis, com custo competitivo e, preferencialmente, menor nível de burocracia do que os modelos atuais.

» **Estabelecimento de compromissos claros** para redirecionar subsídios a combustíveis fósseis para Soluções Baseadas na Natureza que promovam conservação, produção de alimentos e bioenergia.

» **Desenvolvimento de iniciativas globais de recuperação de solos agrícolas**, de modo a transformar os estoques de carbono do solo em um balanço positivo para mitigação climática.

» **Criação de um grupo de trabalho para Soluções Baseadas na Natureza no âmbito do Artigo 6.4**, visando o estabelecimento de regras e metodologias aplicáveis às remoções do setor de uso da terra.

Propostas da Coalizão

As propostas da Coalizão foram organizadas de acordo com os eixos temáticos da Agenda de Ação da COP 30, evidenciando como o enfrentamento dos desafios climáticos pode se converter em oportunidades de desenvolvimento, desde que acompanhado de investimentos consistentes em inovação, tecnologia e capacitação.

Foto: BUDDEE | Adobe Stock

Eixo

Gestão Sustentável de **Florestas, Oceanos e Biodiversidade**

A gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidade é fundamental para enfrentar a crise climática e proteger os serviços ecossistêmicos que sustentam a vida, a produção de alimentos e a economia global. Estratégias integradas que combinam o combate ao desmatamento, a prevenção de incêndios florestais, o financiamento à conservação, a valorização de serviços ecossistêmicos e a rastreabilidade das cadeias produtivas são essenciais para garantir a proteção da biodiversidade, fortalecer a resiliência climática e promover o desenvolvimento sustentável. O engajamento coordenado entre governos, setor privado e comunidades locais, aliado a mecanismos inovadores de financiamento e monitoramento, cria oportunidades concretas para a conservação ambiental e a geração de impactos socioeconômicos positivos em escala global.

Ações recomendadas e escaláveis

1. Impulsionar investimentos para controlar e reverter o desmatamento e a degradação florestal

O combate ao desmatamento e à degradação florestal é um dos pilares mais estratégicos para que o Brasil e outros países tropicais avancem em suas metas climáticas e de biodiversidade. Proteger e recuperar florestas significa, ao mesmo tempo, reduzir emissões de gases de efeito estufa, preservar serviços ecossistêmicos fundamentais e garantir a resiliência de comunidades que dependem diretamente desses ecossistemas.

É essencial ampliar investimentos, alinhar políticas públicas e mobilizar parcerias internacionais para criar condições estruturantes de conservação, recuperação e valorização das florestas. Esse caminho permitirá, ainda, construir uma economia global mais competitiva, inclusiva e preparada para os desafios da transição climática.

Nesse contexto, mecanismos como o REDD+ e iniciativas financeiras inovadoras, a exemplo do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), desempenham papel decisivo ao reconhecer, remunerar e viabilizar os esforços de redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação, além de fomentar novos fluxos de capital para a economia florestal. Sugere-se:

» **Criar políticas para implementação de ações de comando e controle contra o desmatamento**, incentivo ao ordenamento territorial e a atividades sustentáveis, como estratégia para a proteção dos serviços ecossistêmicos.

» **Destinar investimentos em tecnologias** de monitoramento e fiscalização em campo.

» **Estabelecer metas mensuráveis** relacionadas à redução da supressão de vegetação nativa e à sua recuperação.

» **Destinar áreas degradadas para reflorestamento e recuperação com espécies nativas**, reconhecendo seu alto potencial no mercado externo e as funções ecológicas importantes cumpridas por essas espécies, além de sua capacidade de retorno econômico e impacto positivo na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

» **Promover o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)**, estabelecendo parcerias globais envolvendo governos, setor privado, organizações da sociedade civil e povos indígenas para mobilizar pagamentos em larga escala voltados à conservação e ampliação da cobertura florestal nos países tropicais.

» **Estabelecer mecanismos de verificação baseados em dados**, como monitoramento por satélite, para pagamentos proporcionais à área de floresta preservada.

» **Incentivar políticas nacionais de conservação florestal**, promovendo descarbonização, proteção da biodiversidade e resiliência climática.

CASE BRASILEIRO

Foto: Brastock Images/iStock

O **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm)**, lançado em 2004, é um exemplo de política pública integrada que combinou monitoramento por satélite, fortalecimento da fiscalização, criação de áreas protegidas, ordenamento territorial e fomento a atividades produtivas sustentáveis. O plano foi responsável por reduzir o desmatamento na Amazônia em mais de 80% entre 2004 e 2012 e tornou-se referência internacional sobre como articular diferentes ministérios, níveis de governo e sociedade civil em torno de metas claras e mensuráveis. Atualmente em sua quinta fase, busca avançar no compromisso de alcançar o desmatamento zero até 2030. Iniciativas semelhantes foram elaboradas para outros biomas brasileiros, como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado (PPCerrado).

Os esforços para redução do desmatamento no bioma contam com financiamento do Fundo Amazônia. Criado em 2008 sob gestão do BNDES, ele tornou-se a maior iniciativa mundial para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal e um dos principais instrumentos de execução da política ambiental e climática brasileira. O fundo já destinou mais de R$ 4 bilhões para fortalecimento de controle e monitoramento ambiental, além do fomento à economia de base florestal sustentável, entre outras finalidades.

2. Promover a restauração de paisagens e florestas em larga escala

A restauração de ecossistemas degradados é cada vez mais reconhecida como uma estratégia-chave para responder às mudanças climáticas, à perda de biodiversidade e aos desafios sociais associados. Não por acaso, a ONU declarou 2021–2030 como a Década da Restauração de Ecossistemas, reforçando que essa agenda vai além de uma tarefa ecológica: trata-se de um empreendimento capaz de gerar bens, serviços e empregos de forma inclusiva e duradoura.

A restauração em larga escala representa também uma oportunidade única de reposicionar territórios, fortalecer cadeias produtivas inovadoras e consolidar a bioeconomia. Mais do que recuperar áreas degradadas, a restauração pode impulsionar o desenvolvimento sustentável, ampliar a resiliência climática e abrir mercados globais para Soluções Baseadas na Natureza. Para acelerar essa prática, propõe-se:

- **Incluir ações de restauração** nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).
- **Ampliar o financiamento internacional à atividade**, direcionando fundos a programas e iniciativas de restauração e adaptação regionais e nacionais, e incentivar abordagens de financiamento híbrido, alavancando recursos do setor privado.
- **Promover o monitoramento e controle do desmatamento em áreas de vegetação secundária** (resultantes de regeneração natural ou restauração), evitando o comprometimento dos esforços de restauração.

Foto: Bibiana Garrido/Ipam

CASE BRASILEIRO

Além da meta assumida na NDC de restaurar 12 milhões de hectares de florestas por meio do **Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)** — atualizado em 2024 com governança mais robusta e novos instrumentos financeiros —, é fundamental garantir que esses ganhos não sejam neutralizados pelo avanço do desmatamento. O Brasil ainda perde cerca de 1 milhão de hectares de vegetação secundária por ano, áreas essenciais para a conectividade ecológica e para a efetividade da restauração em larga escala. Dados do MapBiomas mostram que, em 2024, o país tinha quase 35 milhões de hectares de áreas naturais em regeneração ou recuperação. Proteger essas áreas, ao lado de políticas e incentivos de restauração, é a estratégia mais eficiente para consolidar benefícios ambientais e socioeconômicos de longo prazo.

3. Incorporar ações integradas de prevenção e combate a incêndios florestais

O aumento da frequência e da intensidade dos incêndios florestais é um fenômeno crescente em diversas regiões do mundo, impulsionado por mudanças climáticas que elevam as temperaturas, prolongam períodos de seca e estendem as temporadas de fogo. Essas condições dificultam o controle das chamas e aumentam os riscos para a biodiversidade, os meios de subsistência rurais e a segurança alimentar. Práticas inadequadas de uso da terra e manejo florestal contribuem ainda para o acúmulo de combustível nas paisagens, agravando o problema.

A prevenção e o combate a incêndios florestais devem ser incorporados como eixo estruturante das políticas globais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Isso exige abordagens integradas que combinem medidas de prevenção, combate e manejo, além de ações coordenadas de policiamento e combate ao crime organizado, considerando que grande parte das queimadas e do desmatamento está associada a atividades ilegais. Sugere-se:

- **Investir em monitoramento** em tempo real e sistemas de alerta precoce.
- **Estabelecer governança para capacidade de resposta a incêndios**, além de parcerias interinstitucionais e transfronteiriças para ação coordenada.
- **Realizar campanhas de conscientização, capacitação de comunidades locais e fomento entre produtores rurais** da transição para modelos de agricultura regenerativa, de forma a reduzir o uso do fogo na paisagem.
- **Destinar recursos humanos, financeiros e tecnológicos** para viabilizar a ampliação de operações de inteligência contra o crime organizado ambiental.

CASE BRASILEIRO

O Brasil tem uma **legislação de Manejo Integrado do Fogo (MIF)** que deve ser regulamentada na escala estadual para promover o uso planejado e controlado dos focos de calor. O MIF rompe com a lógica de que o fogo é apenas um inimigo a ser combatido, reconhecendo seu papel como ferramenta de manejo quando aplicado de forma controlada e planejada. Essa abordagem inovadora combina ciência, tecnologia e saberes tradicionais de povos indígenas e comunidades locais, que utilizam o fogo há séculos em práticas agrícolas.

Foto: Gustavo Asciutti/iStock

4. Ampliar mecanismos de remuneração por serviços ecossistêmicos

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma abordagem estratégica para alinhar incentivos econômicos a conservação e restauração de ecossistemas, especialmente florestas, bacias hidrográficas e áreas agrícolas degradadas. Com mais de 550 programas ativos no mundo, transações anuais entre US$ 36 e US$ 42 bilhões (SALZMAN et al., 2018)[3] e forte potencial de geração de empregos e benefícios socioambientais, o PSA busca reconhecer e remunerar comunidades, produtores e povos tradicionais que promovem serviços ecossistêmicos essenciais, incluindo sequestro de carbono, conservação da biodiversidade, proteção do solo e da água, além de aumentar a resiliência dos sistemas produtivos. Para fomentar a atividade, é preciso:

» **Implementar políticas inclusivas** capazes de valorar e remunerar os esforços de comunidades, produtores e povos tradicionais na conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas.

» **Fomentar a participação do setor privado** em programas de PSA e a transparência quanto à sua contribuição a compromissos internacionais.

» **Oferecer segurança jurídica** a projetos, planos ou programas, públicos ou privados.

5. Fortalecer a rastreabilidade nas cadeias produtivas

A rastreabilidade socioambiental e a transparência são elementos estratégicos para garantir a sustentabilidade das cadeias produtivas no mundo e, sobretudo, para assegurar o compromisso com cadeias livres de desmatamento. Ao demonstrar que a produção de *commodities* como carne bovina, soja, óleo de palma, madeira, cacau ou café esteja livre de práticas ilegais e ambientalmente predatórias, países e empresas reforçam seu compromisso com cadeias éticas, responsáveis e alinhadas às metas climáticas globais. Recomenda-se, assim:

» **Promover a integração de mecanismos robustos de rastreabilidade** às políticas públicas e às práticas empresariais em todas as etapas da produção, desde a origem até sua destinação.

» **Preencher lacunas de dados e fortalecer ferramentas de transparência** para subsidiar políticas e iniciativas de redução de desmatamento.

» **Promover colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil** para implementação de soluções eficazes, que assegurem cadeias livres de desmatamento.

» **Garantir que os sistemas de rastreabilidade forneçam informações atualizadas, acessíveis e verificáveis**, permitindo avaliação de impacto e ajustes contínuos das políticas e práticas.

CASE BRASILEIRO

Em 2024, o Ministério da Agricultura e Pecuária lançou o **Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos**. A iniciativa visa aprimorar a rastreabilidade por meio de um sistema que permitirá acompanhar e registrar o histórico, a localização e a trajetória de cada animal, fortalecendo programas de saúde animal e assegurando o atendimento aos requisitos sanitários dos mercados internacionais.

Foto: Sandro Kakabadze

[3] SALZMAN, James; BENNETT, Genevieve; CARROLL, Nathaniel; GOLDSTEIN, Allie; JENKINS, Michael. The global status and trends of Payments for Ecosystem Services. Nature Sustainability, v. 1, p. 136–144, 2018. DOI: https://doi.org/10.1038/s41893-018-0033-0. Acesso em: 18 ago. 2025.

Foto: Wirestock-iStock

Eixo

Transformação da **Agricultura e Sistemas Alimentares**

A transformação da agricultura e dos sistemas alimentares é essencial para enfrentar os desafios interligados das mudanças climáticas, da degradação ambiental e da insegurança alimentar. Estratégias que combinam a recuperação de áreas degradadas, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas, além da construção de sistemas alimentares resilientes e inclusivos permitem não apenas aumentar a produtividade, mas também reduzir as emissões de gases de efeito estufa, preservar a biodiversidade e manter os pequenos produtores em campo. O fortalecimento de políticas, mercados e instrumentos financeiros voltados a essas soluções, aliado ao engajamento de governos, setor privado e sociedade civil, cria as condições necessárias para garantir alimentos saudáveis, sustentáveis e acessíveis, contribuindo para a adaptação climática, a mitigação, o desenvolvimento socioambiental e a justiça social.

Ações recomendadas e escaláveis

6. Recuperar áreas degradadas e ampliar sistemas agropecuários de baixo carbono e regenerativos

A recuperação de áreas degradadas por meio de práticas agropecuárias sustentáveis é uma das estratégias mais promissoras para conciliar produção de alimentos, resiliência climática e conservação ambiental. Sistemas regenerativos e agroecológicos têm potencial para transformar solos esgotados, restaurar a fertilidade natural e reduzir a pressão sobre a vegetação nativa. Além de aumentar a produtividade e a segurança alimentar, essa abordagem contribui diretamente para a mitigação das mudanças climáticas ao intensificar o sequestro de carbono no solo.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), aumentar o sequestro de carbono do solo por meio da agricultura regenerativa poderia capturar até 23 gigatoneladas de dióxido de carbono até 2050, representando uma parte significativa da mitigação necessária para limitar o aquecimento global a 1,5 °C (STRAUSS, 2024)[4]. Para acelerar essa transição, é necessário:

» **Integrar a restauração em políticas agrícolas e de uso sustentável da terra**, incentivando práticas de agricultura sustentável e sistemas agroflorestais que aumentem a produtividade sem degradar o meio ambiente.

» **Promover o manejo sustentável de florestas plantadas**, incentivando a expansão responsável das áreas florestais e a recuperação de terrenos degradados, de modo a fortalecer a resiliência climática e a produção de bioprodutos renováveis em escala global.

» **Incentivar a silvicultura de espécies nativas**, reconhecendo suas funções ecológicas, seu papel na recuperação de áreas degradadas, o potencial de retornos econômicos significativos e o impacto positivo na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

» **Desenvolver instrumentos financeiros inovadores** para mobilizar investimentos em larga escala para a agricultura e pecuária regenerativa, como títulos climáticos baseados na natureza e modelos de financiamento misto, vinculando retornos financeiros a resultados de sustentabilidade verificados e que incluam pequenos, médios e grandes produtores.

» **Incentivar a adoção de técnicas regenerativas**, como plantio direto, rotação de culturas, implantação de sistemas diversificados e agroflorestais e uso ampliado de bioinsumos, restaurando solos e aumentando a produtividade de forma sustentável.

[4] STRAUSS, Tania. How regenerative agriculture builds resilient climate solutions. World Economic Forum, 2024. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/2024/11/regenerative-agriculture-climate-solutions-resilient. Acesso em: 18 ago. 2025.

CASE BRASILEIRO

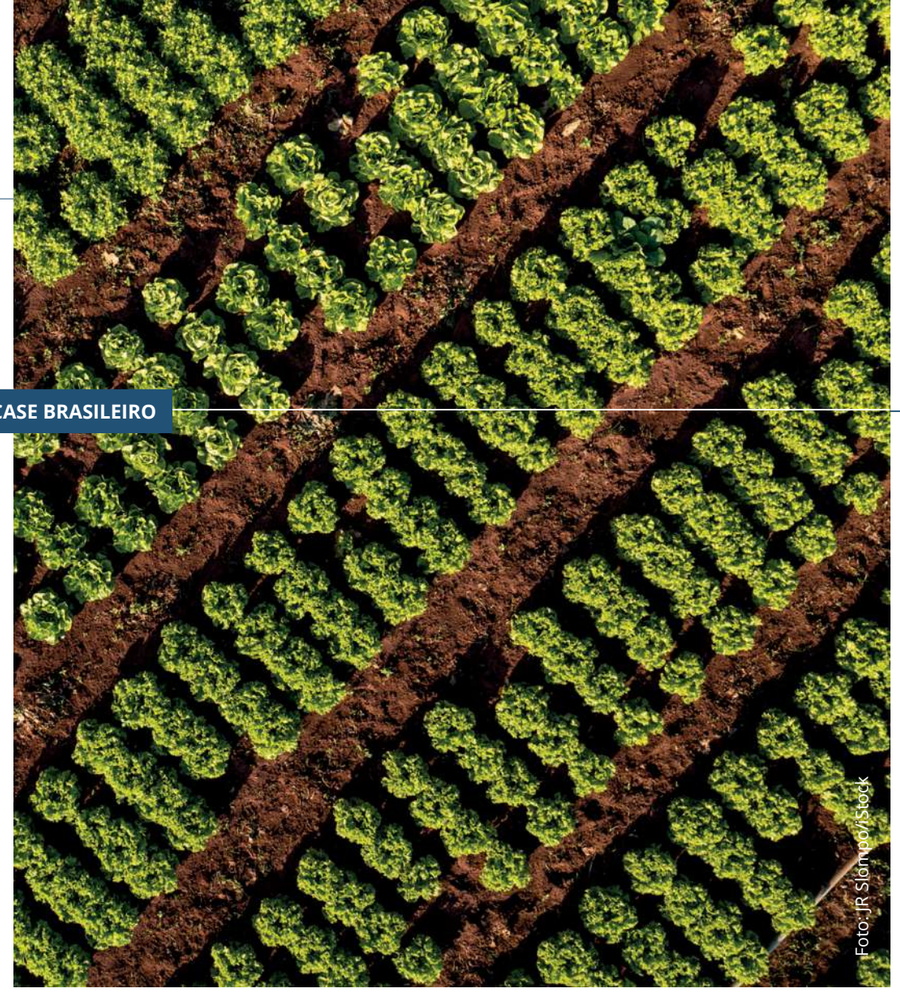


Foto: JR Sidmoon/iStock

O Brasil tem vasta experiência em práticas ligadas à agricultura regenerativa, como plantio direto e cobertura permanente do solo; rotação de culturas e consórcios agrícolas; uso de bioinsumos e fertilizantes naturais; manejo integrado de pastagens; e redução de insumos químicos. O **Plano ABC+ (2020–2030)** consolida o Brasil como pioneiro em agricultura de baixo carbono, com a meta de expandir práticas sustentáveis em mais de 72 milhões de hectares até 2030. Abrange tecnologias como plantio direto, recuperação de pastagens, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas e tratamento de dejetos animais, combinando mitigação de emissões com adaptação climática e produtividade agrícola.

Além disso, o país lançou, em 2023, o **Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD)** — posteriormente rebatizado como Caminho Verde Brasil —, com o objetivo de converter até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade em sistemas agropecuários e florestais sustentáveis, aumentando a produção de alimentos sem desmatamento e agregando valor aos produtos.

7. Implantar sistemas alimentares mais resilientes, adaptados e sustentáveis

As mudanças climáticas afetam o funcionamento de todos os componentes dos sistemas alimentares, muitas vezes ampliando desigualdades socioeconômicas e regionais. Ao mesmo tempo, os sistemas alimentares são uma das principais causas das mudanças climáticas, respondendo por cerca de um terço de todas as emissões de gases de efeito estufa. É preciso criar pontos de ação para adaptação e mitigação das mudanças climáticas nos sistemas alimentares. Entre eles, destacam-se:

» **Fortalecer políticas públicas voltadas a pequenos produtores e comunidades da sociobiodiversidade**, ampliando programas de assistência técnica, extensão rural e acesso a mercados diferenciados, de modo a promover inclusão produtiva, geração de renda e segurança alimentar.

» **Reduzir emissões nos sistemas alimentares**, aplicando melhores práticas agrícolas e pecuárias, incluindo manejo de fertilizantes, conservação do solo e sistemas agroecológicos integrados.

» **Fortalecer políticas e mercados de alimentos sustentáveis**, ampliando o acesso a alimentos saudáveis e provenientes da sociobiodiversidade, com benefícios tanto para a segurança alimentar quanto para a mitigação e a adaptação climática.

» **Integrar sistemas alimentares no financiamento climático em larga escala**, direcionando investimentos para mitigação e adaptação em todos os elos da cadeia alimentar.

» **Reduzir o desperdício, incentivar a reciclagem e a economia circular no campo**, com ênfase na gestão de resíduos, no reaproveitamento de insumos e no aumento da eficiência energética nas propriedades rurais.

CASE BRASILEIRO

Políticas como o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** e o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** já valorizam a agricultura familiar e podem ser expandidos para integrar critérios climáticos, nutricionais e de biodiversidade, fortalecendo a segurança alimentar com baixo impacto ambiental.

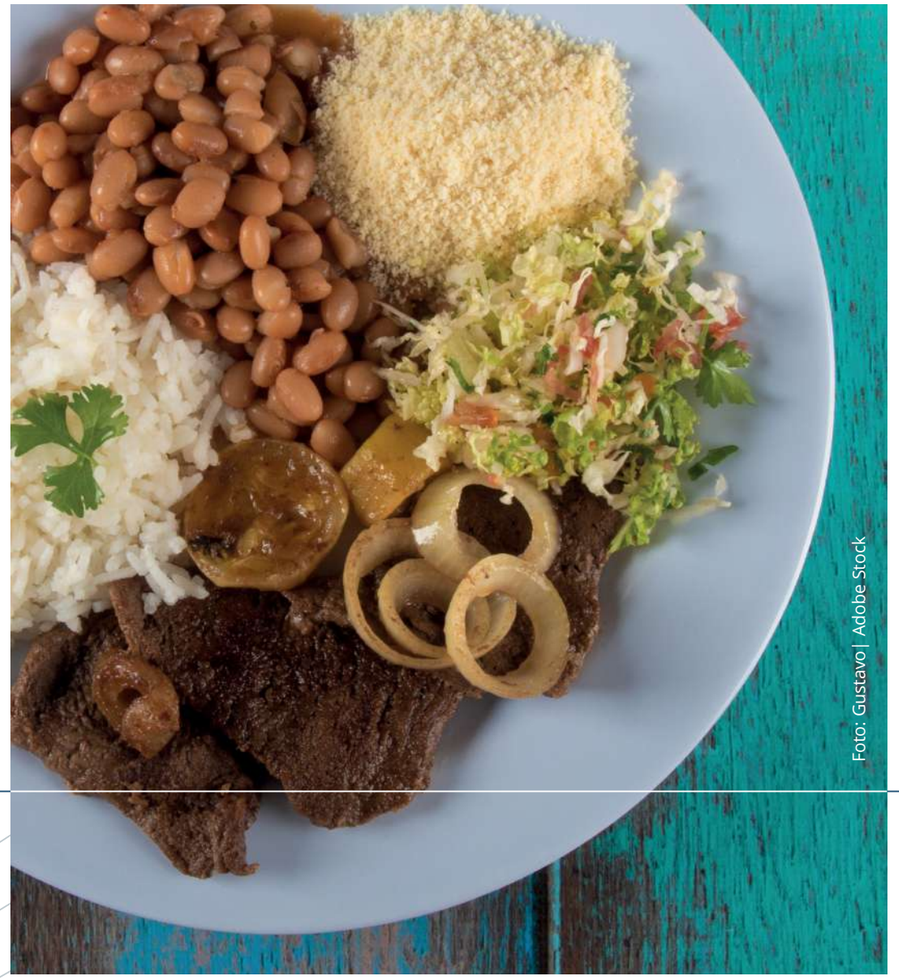


Foto: Gustavo | Adobe Stock

Foto: Sakorn Sukkasemsakorn/iStock

Eixo

Catalisadores e Aceleradores, incluindo Financiamento, Tecnologia e Capacitação

O alinhamento entre financiamento, tecnologia e capacitação é fundamental para destravar investimentos, ampliar a adoção de inovações e garantir que países e comunidades tenham condições de implementar a transição para economias de baixo carbono e para uma transformação positiva da natureza.

Nesse contexto, torna-se essencial avançar na definição de métricas claras e verificáveis, assegurando comparabilidade internacional. É igualmente necessário adotar fatores de emissão e remoção ajustados à realidade tropical, além de promover revisões periódicas das metodologias utilizadas, de modo a considerar o balanço de carbono em sua totalidade. Esse esforço técnico é determinante para dar credibilidade às ações e orientar investimentos com maior efetividade.

Ações recomendadas e escaláveis

8. Definir padrões globais para finanças agrícolas sustentáveis

É fundamental investir recursos financeiros na transformação dos sistemas alimentares, tornando-os mais sustentáveis, de baixa emissão e resilientes às mudanças climáticas, promovendo resultados positivos tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade. A COP 30 deve levantar os meios de implementação para permitir essa transição em um contexto de adaptação, mitigação e redução de perdas e danos, reconhecendo a interdependência entre a agricultura e o capital natural. Para isso, é necessário:

» **Promover a implementação de políticas e financiamentos a sistemas agrícolas sustentáveis**, a partir de um alinhamento internacional sobre métricas coerentes e verificáveis.

» **Alinhar o financiamento com as necessidades regionais** e as prioridades globais dos sistemas alimentares e da agricultura.

» **Incorporar riscos e oportunidades climáticas nas análises de crédito agrícola**, promovendo práticas resilientes a eventos extremos.

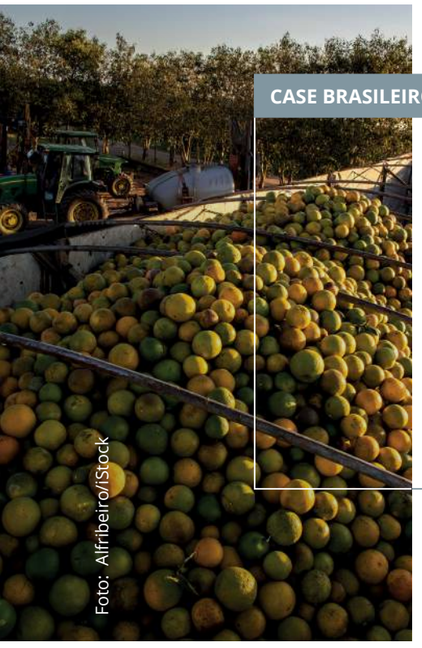


Foto: Alfribeiro/iStock

CASE BRASILEIRO

O Brasil consolidou-se como pioneiro ao lançar o **Plano ABC+ (2020–2030)**, principal política climática voltada à agricultura de baixo carbono, como parte do Plano Safra, um dos maiores programas de crédito agrícola do mundo, que destina anualmente centenas de bilhões de reais ao setor. Nos últimos anos, o Plano Safra passou a incorporar linhas específicas para agricultura de baixo carbono (como o Programa ABC+), evidenciando o potencial de alinhar política climática e instrumentos financeiros em larga escala. Essa combinação entre metas de mitigação e mecanismos financeiros massivos posiciona o Brasil como exemplo estratégico de integração entre clima, agricultura e desenvolvimento rural.

9. Reconhecer a bioeconomia como estratégia global para o desenvolvimento sustentável

Estima-se que a bioeconomia movimente de US$ 4 a US$ 5 trilhões anuais no mundo, com potencial para chegar a US$ 30 trilhões até 2050[5]. O tema, que é fundamental para a transição para uma economia de baixo carbono, resiliente ao clima e positiva para a natureza, foi impulsionado no debate global em 2024, quando o G20, então sob presidência brasileira, estabeleceu os Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia. Trata-se do primeiro documento multilateralmente acordado dedicado especificamente a essa agenda.

O potencial de transformação sistêmica da bioeconomia consolida o fomento ao tema como um dos objetivos-chave da COP 30. Entre as ações recomendadas estão:

» **Acelerar o fomento à bioeconomia**, incluindo instrumentos de investimento tradicionais, instrumentos financeiros inovadores, políticas de apoio e cooperação internacional, criando oportunidades de emprego e crescimento econômico local, com o envolvimento ativo do setor privado.

» **Alinhar estratégias de bioeconomia às metas globais de clima e natureza**, integrando-as a instrumentos como as Contribuições Nacionalmente Determinadas e as Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade, de forma a impulsionar geração de empregos, equidade social, segurança alimentar e conservação ambiental.

CASE BRASILEIRO

No Brasil, 80% das áreas plantadas com **soja** no Brasil já utilizam **biofertilizantes**[6], especialmente os que contêm microrganismos como Rhizobium e rizobactérias promotoras de crescimento. Além de reduzirem as emissões de gases de efeito estufa, as leguminosas combinadas com estes microrganismos contribuem para redução dos custos com fertilizantes nitrogenados sintéticos e melhoria da saúde do solo e produtividade das culturas. O Brasil é o principal mercado de biofertilizantes da América do Sul, impulsionado por políticas públicas.

Foto: fotokostic/iStock

[5] NATUREFINANCE; WORLD BIOECONOMY FORUM. Financiando uma Bioeconomia Global Sustentável. Setembro de 2024. Disponível em: https://www.naturefinance.net/wp-content/uploads/2024/09/POR-FinanciandoumaBioeconomiaGlobalSustentavel-.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

[6] FORTUNE BUSINESS INSIGHTS. 2025. Disponível em: https://www.fortunebusinessinsights.com/pt/brazil-biofertilizers-market-107603. Acesso em: 18 ago. 2025.

10. Alocar pelo menos 50% das metas do financiamento climático em adaptação

O Artigo 9.4 do Acordo de Paris estabelece que "a provisão de apoio financeiro deve buscar um equilíbrio entre adaptação e mitigação, levando em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento, particularmente aqueles mais vulneráveis aos impactos adversos da mudança do clima". Esse dispositivo é central para reforçar que a adaptação não pode permanecer como a parte negligenciada da ação climática global.

No entanto, até hoje a maior parte dos fluxos financeiros ainda se concentra em mitigação, deixando lacunas significativas no apoio a comunidades que já sofrem com secas, enchentes, elevação do nível do mar e perdas agrícolas. A partir disso, sugere-se:

» **Destinar pelo menos 50% dos recursos do financiamento climático para adaptação**, garantindo apoio efetivo para que países em desenvolvimento tenham condições de fortalecer sua resiliência, reduzir vulnerabilidades e proteger sistemas produtivos e sociais frente ao agravamento da crise climática.

Foto: Tacio Philip/iStock

CASE BRASILEIRO

Instituída em 2016 e estruturada em onze setores e temas transversais — como agricultura, recursos hídricos, saúde e infraestrutura —, a **Política Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)** tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade da sociedade e dos ecossistemas, integrando a adaptação aos processos de planejamento e de gestão de políticas públicas. Apesar de seu avanço conceitual e metodológico, sua implementação tem sido limitada por falta de recursos estáveis e previsíveis, o que reforça a importância de a COP 30 consolidar mecanismos financeiros internacionais que permitam retomar e fortalecer a iniciativa em escala nacional. Trata-se, assim, de um caso que ilustra como iniciativas existentes podem ganhar efetividade quando apoiadas por fluxos adequados de financiamento climático dedicados à adaptação.

Chamado à Ação

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** conclama negociadores da COP 30, governos, setor privado e sociedade civil a assumirem um compromisso histórico: transformar o uso da terra e os sistemas alimentares em vetores decisivos da transição climática global.

A COP 30 será um ponto de inflexão. Ou avançamos na escala necessária de mitigação e adaptação, ou perderemos a janela crítica para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C. Belém, no coração da Amazônia, simboliza a urgência de proteger os ecossistemas tropicais e a oportunidade de mostrar que desenvolvimento econômico, justiça social e conservação da natureza podem caminhar juntos.

Embora o Brasil tenha papel relevante na preservação de seus ecossistemas - em especial a Amazônia -, e pelo peso das emissões do uso da terra, o país não figura entre os grandes emissores históricos de gases de efeito estufa, responsabilidade de países desenvolvidos e grandes exploradores de combustíveis fósseis. A COP 30 deve reafirmar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, reconhecendo o papel estratégico do Brasil na conservação ambiental e que a transição global exige compromissos proporcionais à contribuição histórica e à capacidade de cada país.

As soluções existem — da restauração de ecossistemas à agricultura regenerativa, da rastreabilidade das cadeias ao fortalecimento da bioeconomia. O desafio é ampliar a escala, garantir implementação efetiva e mobilizar financiamento adequado, alinhando a produção agropecuária às metas do Acordo de Paris e da Convenção da Biodiversidade.

Isso significa multiplicar práticas eficazes, saindo da esfera piloto e alcançando milhões de hectares e produtores; eliminar subsídios a práticas de alto impacto e redirecionar crédito, comércio e políticas públicas; e acelerar a implementação, removendo barreiras burocráticas.

O sucesso da COP 30 será medido pela capacidade de redirecionar recursos da economia fóssil para Soluções Baseadas na Natureza. Belém pode e deve marcar o compromisso global de alinhar produção, conservação e equidade em uma agenda climática de resultados concretos.

Realização

Apoio

Esta publicação é uma parceria entre a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, o projeto SAFE e o projeto Agrichains. O projeto SAFE é cofinanciado pela União Europeia, pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha e pelo Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos. No Brasil, é implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

O projeto "Sustentabilidade e Criação de Valor nas Cadeias Produtivas" é uma cooperação entre o programa global AgriChains da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e o Governo do Maranhão, com o apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha.

O conteúdo dessa publicação é de responsabilidade exclusiva da Coalizão e não reflete necessariamente as opiniões do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, do Governo do Maranhão, da União Europeia, do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha e do Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos.